

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Controle pendular

Com a devolução ao presidente da República do controle integral sobre o plano de estabilização econômica, que é a quanto corresponde a deliberação do Congresso Nacional em relação às reformas decretadas através de medidas provisórias, o grande desafio posto agora diante do Executivo é a forma de gerenciá-lo. Qualquer desvio no processo de adequação da economia à estratégia definida na política monetária poderá, em uma hipótese, atirar o País a uma recessão exacerbada e, em outra, elevar perigosamente os índices de liquidez do mercado.

Em ambas as alternativas encontram-se os agentes impulsores da inflação, no caso de um surto recessionista de grande porte por força da escassez da oferta e, em referência ao excesso de dinheiro em circulação, pelo desencadeamento óbvio de pressões incontroláveis sobre a demanda. Sabe-se que os programas inortodoxos de reorganização da economia, como é o caso do Plano Brasil Novo, sempre provocam efeito recessivo de caráter transitório, com o risco de perpetuar-se a exemplo da Argentina, se não houver rígidos controles sobre os fluxos monetários.

É claro que o Brasil não escapa à regra geral e, assim, experimenta já há dias o gosto amargo da recessão, embora em intensidade bastante discreta. Tudo indica, porém, que o presidente Fernando Collor, atento ao desdobramento do processo, começa a irrigar a economia com recursos ajustados às suas necessidades e coerentes com níveis de liquidez

apropriados à manutenção do equilíbrio nas relações financeiras.

Ingressa nessa ordem de raciocínio o anúncio feito pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de que, transposta a cabeça de ponte da redução inflacionária, o Governo alargará o front da batalha econômica para conquistar sólidas posições no campo do desenvolvimento. Em consequência, serão retomados os investimentos nos setores produtivos, e precisamente naqueles vinculados às estruturas básicas da economia e ao aperfeiçoamento tecnológico.

A sensibilidade demonstrada pelo presidente da República na administração do programa de estabilização explica, também, a decisão de reativar a área da construção civil, por meio de investimentos novos, e de permitir o pagamento em cruzados de veículos comercializados através de consórcios. Assim, dois dos estratos produtivos mais consumidores de mão-de-obra e responsáveis por parte significativa do giro financeiro já passam ao largo de efeitos recessivos.

O importante é a permanência de senhores confiáveis ligados ao sistema econômico para favorecer correto gerenciamento do Plano Collor, com o propósito de evitar tanto a saturação do mercado por fluxos exagerados de meios de pagamento ou apertos excessivos na liquidez, hipóteses ambas carregadas de efeitos nocivos à normalização da economia. Afinal, inflação e recessão são efeitos patológicos de idêntica gravidade.